



O tempo das crises

– do vinho do Porto ao vinho da Madeira *

Henrique Gomes de Araújo **

Introdução

Heidegger dizia que “o tempo é aquilo em que se desenrolam os acontecimentos”¹ e que não sendo ele movimento, de algum modo terá que ver com o movimento (...): a mudança dá-se no tempo”². A mudança inscreve-se em ser-aí (*Dasein*) enquanto ser-no-mundo (*in-der-Welt-sein*) ou ser-uns-com-outros (*Mit-einander-sein*). Doutro modo: o tempo não é um quê (*Was*), mas um como (*Wie*) do ser-aí, isto é dizer, não tem um carácter substantivo mas formal: o “tempo é temporal”.³ E que forma é esta? É a forma antecipativa do “correr do ser-aí para seu transito”⁴, ou seja, para o seu passamento, para a sua morte. Ele é mesmo o tempo.⁵ No mundo do ser-uns-com-outros, na quotidianidade, o ser-aí é o tempo impessoal, o tempo do relógio.

De que modo, a temática da temporalidade, assim encarada, pode ser pertinente para os estudos da história e da civilização da vinha e do vinho? Em primeiro lugar, a temporalidade é estruturante dos processos sociais, na medida em que a

* Texto da comunicação apresentada ao III Simpósio da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho (Outubro de 2003).

** Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID).
gomesdearaujo@tvte.pt

¹ “Die Zeit ist das, worin sich Ereignisse abspielen”

² “Da sie nicht selbst Bewegung ist, muß sie irgendwie mit der Bewegung zu tun haben (...): Veränderung ist in der Zeit”

³ “die Zeit ist zeitlich”

⁴ “Es ist ein Vorlaufen des Daseins zu seinem Vorbei”

⁵ “ist die Zeit selbst”

futuridade é *coditio sine qua non* da atribuição de um sentido à acção, concretizada em projectos, dos actores sociais. Em segundo lugar, a temporalidade que enforma a história e a civilização da vinha e do vinho é marcada por crises que ciclicamente afectam as empresas que se dedicam à sua produção e comercialização, criando constrangimentos (*double – bind*) na comunicação entre os vários agentes que, em tal contexto, são compulsivamente conduzidos a desviar o olhar do futuro para o fixar no presente a partir do qual, o fluxo temporal persegue o passado, no intuito não confessado de acabar por criar futuro de novo.

A que queremos referir-nos quando falamos de crise? Antes de mais, queremos referir-nos àquilo que Victor Turner chama a “dupla natureza do “social”: comunidade e estrutura”⁶ a que correspondem dois poderes: o da **dádiva** que questionando a força, a riqueza, a autoridade, o estatuto, a tradição e utilizando a metáfora do (re) nascimento, destrutura uma ordem iníqua e faz renascer heroicamente o sentido da identidade e da existência da comunidade; o da **libertação** que baseado em Deus, nos espíritos, nos antepassados e utilizando a metáfora da morte, reforma e purifica a estrutura da sociedade e da cultura.⁷ Ora, a **estrutura é forma no tempo, ou seja, é temporalidade**. Toda a crise é, deste modo, uma crise da estrutura, da ordem estabelecida, ou seja, da temporalidade estatuída. Quando – como lembra Rezsohazy⁸ –, assim a temporalidade perde futuridade, menos consistente se torna a estruturação das relações sociais; doutro modo: quando a temporalidade se presentifica mais, mais fugidia acaba por ser essa mesma estruturação e mais emergente brota o sentido da identidade da comunidade.

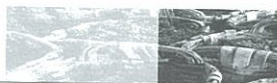
A **problemática teórica e abstracta** que informa este texto gira em torno da questão de se saber como, em situação de crise, se projecta o futuro e se restabelece a estabilidade necessária aos grupos sociais e às suas instituições.

Esta problemática subsume a **problemática prática e concreta** que consiste em discutir a importância das formas político-jurídicas, económicas, culturais e religiosas na resposta às “atmosferas emocionais” que se formam nas empresas com as crises que as atravessam.

⁶ “The dual nature of the “social”, *communitas* and *structure*”

⁷ “Two notions of power are contrasted: power based on force, wealth, authority, status, tradition, or competitive achievement; and power released by the dissolution of systemic and structural bonds”

⁸ “Le conception du Temps se modifie. La vision d’avenir ascendant est brouillée. Les horizons plus lointains ne sont plus prometteurs. Des opportunités se ferment, l’insécurité grandit, les jeunes générations se demandent comment s’insérer dans le marche l’emploi. En réaction d’autodéfense, un repli sur le présent s’esquisse. La philosophie du *Carpe Diem* refait surface”



1. A crise e a empresa

Compreende-se, assim, que em períodos de crise, diminua a pressão (vertical) sobre a produtividade na medida em que a redução das expectativas quanto à conquista de novos mercados e ao futuro da empresa, pode fazer amortecer no interior desta, a disciplina e a contenção no trabalho e, assim, aumentar a pressão (horizontal) sobre a convivencialidade. Como bem diz Rezsohazy: é necessário sublinhar (...) os progressos da “convivencialidade” em detrimento do “produtivismo”.⁹ A produtividade surge, deste modo, como o resultado do poder da estrutura, enquanto a convivencialidade é a consequência do poder da comunidade dentro da empresa. Toda a crise na empresa é uma situação problemática – e dilemática até – que advém de uma alteração no equilíbrio de forças até então existente entre aqueles dois poderes. Ora, nos rituais do sacrifício, Maurice Bloch vai justamente encontrar estes dois pólos: o caos e o cosmos, a desordem e a ordem, a comunidade e a estrutura, o (re) nascimento e a morte.¹⁰ Igualmente Luc de Heusch argumenta que o sacrifício repara uma desordem fundamental, uma falta ou impureza contra a lei do creador e assegura uma ordem universal.¹¹ Por outro lado, Jean Poirier chama a atenção para a dimensão económica do sacrifício, na medida em que este traduz a escolha de um mal menor e actual (a oblação da vítima) em detrimento de um mal maior e futuro.¹²

Uma constatação torna-se surpreendente: a problemática do sacrifício não está de modo nenhum ausente das sociedades modernas, pese embora o facto de a modernidade estar inebriada pela conquista do bem-estar, do conforto e do prazer. Já noutro local procurei esclarecer esta questão, argumentando com esta distinção: se a lógica sacrificial continua a impregnar os processos sócio-culturais básicos, deixa no entanto agora, de encontrar nelas legitimação, já que toda a modernidade é, na sua filosofia actual, anti-sacrificial.¹³ É neste sentido que perante problemas laborais graves, acarretando falências e desemprego, a legisla-

⁹ “Il faut encore souligner (...) les progrès de la “convivencialité” au détriment du “productivisme”

¹⁰ “There is a representation of a bifurcation of life between an exaggeratedly chaotic vitality and a transcendental, permanent order which is the basis for institutions”

¹¹ “le sacrifice dogon répare un désordre fondamental, une faute contre la loi du créateur”

¹² “préférer la certitude d’un mal actuel et relativement léger a la crainte d’un mal éventuel beaucoup plus grave”

¹³ “As sociedades modernas constatarem a existência, no seu seio, do facto social da vitimização, mas já não podem aceitar como justo que os direitos humanos de uns sejam suprimidos, em nome da defesa dos direitos humanos de uma maioria. Nelas está consagrado que todos os cidadãos são iguais em direitos e que é justo que assim seja”

ção moderna procure enfatizar a responsabilidade, evitando a vitimização de qualquer das partes envolvidas.

Mas, para além desta distinção, podemos dizer que quer nas sociedades tradicionais, quer nas sociedades modernas, o processo sacrificial é uma resposta à desordem estabelecida na estrutura social e que, assim sendo, sempre ele decorre de uma crise, ou seja, de uma desorganização da temporalidade constituída. A resposta sacrificial à crise, implica uma reestruturação social que seja criadora de futuro, através de uma **actividade eidética** dos sujeitos implicados que enforme e dê sentido às possibilidades que se manifestam na realidade social.

As crises são prefigurações metafóricas da falência, da morte, da extinção do grupo, do fim da reprodução social. São nessa medida, **emocionantes**, já que propiciam a criação daquilo a que Sylvia Yanagisako chama de “atmosferas emocionais”¹⁴ – expressões da desadaptação às conjunturas várias que a realidade social comporta.

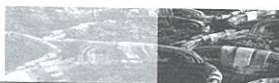
Muitas empresas produtivas e/ou comerciais do vinho são familiares, o que me levou a dizer em 1995¹⁵ que as relações entre os seus proprietários se definem duplamente pelo capital e pelo parentesco e afinidade, tendo enfatizado então que, nelas, a racionalidade é dupla, como expus de modo mais cabal mais tarde (2001).¹⁶

Desde 1996 que, na esteira de António Damásio, venho analisando o paradigma cartesiano da ruptura e da razão e emoção: na realidade a emotividade não tem uma mera acção disruptiva da racionalidade a que esta, ameaçada por aquela, teria que aplicar um colete de forças tenaz. As emoções podem e devem ser percepcionadas de uma forma mais adequada à realidade, como pelo contrário, necessárias à racionalidade, na medida em que lhe fornecem indícios das melhores opções a tomar no domínio da acção. É neste sentido que proponho hoje que entendamos as “atmosferas emocionais” que se geram nas situações de crise nas empresas e fora

¹⁴ “emotional atmosphere”

¹⁵ “A Casa é um conjunto de pessoas cuja relação entre elas é gerada pela via da consanguinidade e da afinidade e, simultaneamente, pela via das relações de propriedade”

¹⁶ É assim “adequado falar da **racionalidade prática** da emotividade e da afectividade, no sentido em que estas, contidas dentro dos limites definidos pela normatividade das relações de afinidade e de parentesco, têm uma lógica no seu funcionamento que se caracteriza por as tomar por guias internos da acção. A par desta, a **racionalidade teórica** do cálculo económico e da normatividade jurídica, é exímia no trabalho das formas (*gr. eidos*) económicas e jurídicas que enquadram e moldam os **processos** (...) sócio económicos implicados na produção, gestão e comercialização dos bens em questão, mas falta-lhes a força (*gr. dynamis*) que a racionalidade prática detém”



delas, como sinais de uma saída adequada da crise, implicando, assim, a reorganização da temporalidade existente e a criação de futuro para a sociedade, para o mercado e para as empresas.

Podemos, deste modo, compreender melhor como é que o processo sacrificial responde à crise: a reestruturação social que ele implica é, antes de mais, uma reorganização cognitiva dos sujeitos/agentes nele participantes que são, agora, interpelados a criar formas (*gr. eidos*) novas – éticas, jurídicas, económicas, artísticas e religiosas – prenhes de futuro, que sejam capazes de moldar as “atmosferas emocionais” – amortecendo os seus efeitos entrópicos – e de, ao mesmo tempo, orientar positivamente o sentido libertador (da crise) que elas prenunciam.

2. A crise e o processo sucessório

A antropologia empresarial, na sua vertente histórica revela-nos casos significativos de como as crises estão muitas vezes intimamente ligadas a processos sucessórios complicados. E compreende-se que assim seja, visto que nestes a temporalidade estabelecida aparece ameaçada na sua futuridade – o que é sintoma de uma fragilização estrutural do sistema das relações sociais em presença.

O caso que a seguir é apresentado, reporta-se a uma empresa de Vinho do Porto – a Ferreirinha – emergente em meados do séc. XVIII e dirigida, ao longo de toda a segunda metade do séc. XIX por uma mulher – D. Antónia Adelaide Ferreira – no contexto das elites económicas, políticas e culturais da época e por mim já referenciadas noutro local.¹⁷

¹⁷ “Sintomático deste processo (a emergência na modernidade de organizações racionais) foi o surgimento da categoria de “evolução” na história das mentalidades do séc. XVIII, o que significou o repúdio da concepção do “tempo cíclico” e a gradual adopção da concepção do “tempo linear” (Poirier, 1968:19). É esta mudança nas representações do tempo que permite explicar a organização, a partir de finais do séc. XVII, das primeiras firmas do vinho do Porto com as suas estratégias empresariais mais ou menos incipientes ou já consistentes. Sem a nova concepção do tempo linear seria inconcebível a noção de estratégia. Não é assim por acaso que a organização empresarial no Porto e no Douro tem aquela datação. Por isso mesmo, o sucesso do negócio sempre esteve ligado ao poder de escolha das estratégias mais duradouras e estáveis. Ora, eram a elites que detinham esse poder, pois eram elas que usufruíam um acesso privilegiado às formas teológicas, económicas, jurídicas e artísticas da cultura letrada o que as tornava mais aptas a com elas moldar as “atmosferas emocionais” sempre coalescentes às crises que ciclicamente surgem na história económica do vinho do Porto e, assim, saber escolher as opções empresariais mais eficazes. As elites protagonizavam desde modo o “tempo longo” de que falava Braudel e garantiam, por esta via, a continuidade, através das gerações, das empresas cuja acção colectiva controlavam”

No cenário de crise de que se reveste o processo sucessório desta empresária duriense, ecoam ainda as ressonâncias dramáticas doutras crises anteriores – a das invasões francesas e a da filoxera. Agora, com a aproximação do fim da sua vida, o que se joga é a clara percepção de que o já antigo desentendimento entre os seus dois filhos António Bernardo e Maria da Assunção é uma ameaça à sucessão ou seja à continuidade e integridade do “império” que tinha construído ao longo da vida, entre Barqueiros e Barca D’Alva, constituído por duas dezenas de grandes quintas onde trabalhavam milhares de jornaleiros e que produziam mais de 1500 pipas de vinho, muito apreciadas por compradores nacionais e estrangeiros. Deste património, faziam ainda parte casas no Porto, em Lisboa, na Régua, em Vila Real e em Murça, armazéns em Vila Nova de Gaia e Régua, foros em Lisboa, Régua e Moledo e muitas acções e títulos nacionais e estrangeiros.

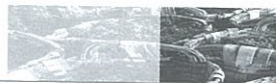
Estamos aqui perante uma “atmosfera emocional” que antecipa a crise e que exige ser moldada, sob a pena de se perder o controlo temporal das estratégias empresariais utilizadas até então e de se assistir à consequente desagregação do referido “império”; mas estamos também, simultaneamente, perante uma “atmosfera emocional” que alerta para soluções positivas da crise: primogenitura, partilha ou partição, etc.

A primeira solução não era exequível dado que nem as Ordenações Filipinas, nem, mais tarde, o Código de Seabra de 1867, consagravam o direito de primogenitura como figura de direito sucessório português.

A segunda solução era a contemplada pelo ordenamento jurídico português, consagrado naqueles textos de referência, mas que não garantia a coesão da casa, nem a preservação da sua identidade. Parecia, assim, não haver solução para esta crise antecipada.

Afinal, a solução foi tornada possível com a promulgação pelo rei D. Luís em 1988 do Código Comercial que estatuiu e regulava a existência de sociedades anónimas. E com este novo enquadramento legal que são preparados os Estatutos da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto e o Testamento de D. Antónia (1998).¹⁸ A “atmosfera emocional” amplificada no processo sucessório pelos irmãos desavindos, foi assim amortecida por este conjunto de dispositivos norma-

¹⁸ Destes estatutos há que realçar a criação da figura original do sócio-fundador que, sendo pessoa de confiança da casa, é proposta, por um sócio à Assembleia Geral que a deve aprovar nessa qualidade, pelo que passará a deter uma acção a que corresponderá um voto. Esta figura confere uma grande estabilidade à vida da empresa, contrariando a regra da maioria do capital e limitando, assim, a acção dos fundadores (Araújo, 1998:87). O segundo dispositivo limitativo da acção dos fundadores, reside na atribuição da propriedade de 46% das acções a filhos de fundadores (netos de D. Antónia), sendo detidos, em regime de usufruto, pelos fundadores (os respectivos pais) em vida destes.



tivos que deste modo garantiram a estabilidade e a continuidade da empresa. Graças à inovação de novas formas ético-jurídicas na organização das empresas comerciais, e a todo o processo sacrificial de que se revestiu este processo sucessório foi possível sair da crise e criar futuro.

3. Conclusão

Procurei abordar, do ponto de vista analítico e sintético, – as crises e as respectivas “atmosferas emocionais” que elas geram, em dois registos diferentes: um, mais teórico e abstracto – próprio de uma sociedade globalizada – e outro mais prático e concreto – o da história civilização da vinha e do vinho. As crises exigem respostas – sob pena de vir a acontecer o fim da reprodução social –, da parte dos sujeitos/agentes/cidadãos – que, pela sua actividade eidética, criem de novo futuro.

Ilustrei esta dupla problemática com um caso da história do Vinho do Porto, pensando no Vinho da Madeira, na sua história, nas suas empresas e também nas suas crises e no seu futuro.

Bibliografia

- Bloch, Maurice, 1992, *Pry into Hunter. The Politics of Religion Experience*, Cambridge University Press.
- Gomes de Araújo, Henrique, 1998, *Ética, Economia e Educação. Ensaio sobre o Vinho do Porto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida (pref. Raul Iturra)
- , 2001, *A Casa Ferreira*, Lisboa, Edições Quetzal (pref. António Barreto)
- , “A problemática do sucessor no contexto do negócio do Vinho do Porto”, in Seixas, Paulo e al, 2004, *Pluralidades Portuenses*, Porto, Editora Civilização
- , “Sacrifício, Comunidade e Utopia”, in 2004 *Brotéria*, 158, 223-234.
- Heidegger, Martin, 2003, (1995), *Die Begriff die Zeit / O Conceito do Tempo*, Lisboa; Fim do Século
- Heusch, Luc de, 1986, *Le Sacrifice dans les Religions Africaines*, Paris, Editions Gallimard
- Liddell, Alex, 1998, *Madeira*, London/Boston, Faber and Faber
- Poirier, Jean, 1968, “Problèmes d’Ethnologie Economique” in Poirier, Jean (dir), *Ethnologie Générale*, Paris; Gallimard
- Rezsóhazy, Rudolf, 1986, “Les Mutations Sociales récentes et les Changements de la conception du temps” in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 107, 38-40
- Turner, Victor, 1992, *Blazing the Trail*, London, The University of Arizona Press
- Vieira, Alberto a al, 1990, *Breviário da Vinha e do Vinho da Madeira*, Ponta delgada, Eurosigno Publicações, Lda., 2ªed.
- , 1998, *O Vinho da Madeira*, Porto Santo, Chaves Ferreira – Publicações S.A.
- Vizetelly, Henry, 1880, *Facts about Port and Madeira*, London; Ward, Lock and Co., Salisbury Square
- Yanagisako, Sylvia, “Patriarchal Desire: Law and Sentiments of Succession in Italian Capitalist Families” in Pina Cabral, João e Pedroso de Lima, Antónia, 2000, *Elites*, Oxford: Berg

